



INFORMATIVO

FEVEREIRO | 2025

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**RODRIGO GAMBALE, NOVO LÍDER NA
CÂMARA, FALA SOBRE PRIORIDADES
PARA POPULAÇÃO**

PÁG. 6

**Marcon protocola PL que permite a dedução do IR
de doações para ações de saúde e de calamidade**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Bruno Valente

Direção Geral:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:
Augusto Sobrinho, Brunna Morais, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, George Pacífico, Hugo Sales, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Marcelo Bley, Mário Agra, Mayara Oliveira, Rafael Pacheco, Rafaella Panceri, Robert Alves, Sérgio Barba, Tikkho Maciel, Tullio Damin Da Sois.

SUMÁRIO

- 4** Rodrigo Gambale, novo líder na Câmara, fala sobre prioridades para população
- 6** Marcon protocola PL que permite a dedução do IR de doações para ações de saúde e de calamidade
- 8** Renata Abreu inicia 2025 com forte atuação e propostas inovadoras
- 10** Dr. Victor Linhalis busca reconhecimento das Guardas Municipais como Polícias
- 12** Deputado Gilson Daniel propõe condução imediata a prisão de quem descumprir “saidinha temporária”
- 14** Para o deputado Haully, o Semipresidencialismo irá revolucionar a gestão pública no Brasil
- 16** STF reafirma papel das Guardas Municipais na segurança urbana e fortalece proposta da PEC 57/2023
- 18** Ganem defende prioridade para famílias com TEAs no Programa Minha Casa, Minha Vida
- 20** Presidente do Conselho Federal de Administração exalta atuação de Ruy em defesa da categoria
- 22** Fabio Macedo apoia criação da Frente Parlamentar Mista de Dados Abertos e Governo Digital
- 24** Romero Rodrigues quer proibir cobrança de encargo tarifário em geração a combustível fóssil
- 26** PL que ampara pescadores em período crítico ganha força no Congresso
- 28** Glaustin projeta 2025 com metas para fortalecer o Podemos e ampliar sua base em Goiás
- 30** ARTIGO - Diagnóstico precoce salva vidas

RODRIGO GAMBALE, NOVO LÍDER NA CÂMARA, FALA SOBRE PRIORIDADES PARA POPULAÇÃO

O deputado federal Rodrigo Gambale (SP) assumiu a liderança do Podemos na Câmara dos Deputados. Como líder, Gambale busca garantir que as pautas prioritárias para a população sejam debatidas e votadas com eficiência e foco nos interesses do Brasil.

“Assumir a liderança do Podemos em Brasília é um marco importante em minha trajetória política e um reconhecimento pelo trabalho que temos realizado em São Paulo e no Brasil. Em 2023 e 2024, durante minha gestão como presidente estadual do Podemos, consolidamos uma base sólida e ampliamos a representatividade do partido. Agora, como líder da bancada, meu compromisso é atuar de forma independente, com diálogo, responsabilidade e sendo fiel aos valores da democracia representativa. O Podemos seguirá sendo uma voz firme na defesa de pautas essenciais para os brasileiros, com foco em um Brasil mais forte e promissor”, destacou.

Rodrigo Gambale destacou que 2025 será um ano dedicado a propostas que atendam aos anseios da população, principalmente nas áreas de saúde, segurança pública, educação e economia.

Três importantes projetos na área da saúde, de autoria do líder, estão em tramitação.

- PL 3409/2023: que propõe a criação de um prontuário único de saúde integrado entre o SUS e a rede privada, promovendo maior eficiência e acessibilidade no atendimento médico.

- PL 2872/2024: que dispõe sobre a criação e manutenção de hospitais veterinários públicos em municípios com mais de 100 mil habitantes, garantindo acesso a tratamento.

- PL 2998/2024: que prevê a obrigatoriedade dos Planos de Saúde em custear sessões de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional com integração sensorial, psicopedagogia, psicomotricista, musicoterapia ou equoterapia para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) realizadas em ambiente clínico, escolar ou domiciliar e fixa prazo.

Já na segurança o debate estará no avanço do PL 537/2024, que fortalece a inteligência policial para combater crimes relacionados ao aliciamento de pessoas pela internet, e do PL 2745/2023, que estabelece a obrigatoriedade de sistemas de videomonitoramento em locais de esportes profissionais.

A tramitação do PL 1820/2023, que propõe a inclusão da disciplina de Programação Neurolinguística na grade curricular do ensino fundamental e médio, será discutido para a melhoria do atendimento no sistema educacional do país.

Por fim, na área econômica, a discussão e aprovação das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 serão essenciais para o equilíbrio fiscal do Brasil.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“O Podemos seguirá sendo uma voz firme na defesa de pautas essenciais para os brasileiros, com foco em um Brasil mais forte e promissor”



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

O deputado Rodrigo Gambale assume a liderança do Podemos na Câmara dos Deputados.

MARCON PROTOCOLA PL QUE PERMITE A DEDUÇÃO DO IR DE DOAÇÕES PARA AÇÕES DE SAÚDE E DE CALAMIDADE

Antes mesmo do início de sua carreira política, iniciada na Câmara Municipal de sua cidade natal, Caxias do Sul (RS), o deputado federal Mauricio Marcon (RS) deu atenção especial para aquelas pessoas que o buscavam por conta do alcance de suas redes sociais e, principalmente, de seu coração.

Em suas características lives dominicais, sagradamente estabelecidas após a sua eleição para Vereador e firmemente continuadas em sua atuação como parlamentar federal, Marcon sempre abriu espaços para a divulgação de campanhas coletivas virtuais de arrecadação de recursos (tipicamente chamadas de crowdfunding) para causas e projetos sociais.

De forma ainda mais especial, Marcon e sua esposa sempre se dedicaram à divulgação de campanhas que buscassem auxiliar aquelas pessoas e famílias que estivessem enfrentando alguma grave situação de saúde cujo tratamento demandasse montantes substanciais de recursos. Nestes casos, as famílias nunca detinham a capacidade financeira para arcar com os altíssimos custos de tratamento e, muito raramente, o Poder Público prestava algum auxílio financeiro para as mesmas.

Situações tristes e desafiadoras similares a essas infelizmente acabaram tomando conta dos noticiários gaúchos e nacionais quando ao final de 2023 e, principalmente, entre abril e maio de 2024, a tragédia climática acometeu o estado do Rio Grande do Sul com devastadoras e mortais enchentes.

Tal situação de calamidade pública, no entanto, despertou pelo Brasil inteiro um sentimento de solidariedade, profundamente arraigado na alma cristã da Nação, instigando, dentre as muitas ações populares voluntárias de auxílio ao povo gaúcho, a criação e a disseminação de campanhas de crowdfunding.

Unindo, então, a sempre presente vontade de ajudar o próximo, principalmente aqueles mais necessitados, e a existência de mecanismos tecnológicos que facilitam tal empreitada, o deputado Marcon protocolou o Projeto de Lei 212/2025. A proposição visa criar, então, um mecanismo legal que permita a dedução do imposto de renda devido por pessoas e empresas aqueles valores por elas forem doados para campanhas de assistência de saúde e para populações encontradas em estado de calamidade pública por meio de *crowdfundings*.

Segundo o deputado Marcon, “o projeto busca criar um incentivo institucional à virtude da caridade, promovendo a solidariedade e o engajamento cívico dos brasileiros com os seus próximos”. A lentidão e a dificuldade do Poder Público em amparar os mais necessitados é crônica em nosso país. Nada melhor, portanto, do que valorizar o espírito da ajuda voluntária de nossa população, o qual mostrou a sua incrível força e importância nos momentos de maior necessidade do povo gaúcho.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“O projeto busca criar um incentivo institucional à virtude da caridade, promovendo a solidariedade e o engajamento cívico dos brasileiros com os seus próximos”



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Mauricio Marcon apresentou uma proposta na Câmara que exige que as empresas tenham pelo menos dois anos de existência para participar de licitações.



“Trabalhar por um Brasil mais justo, acessível e transparente não é uma escolha, é uma missão!”

RENATA ABREU INICIA 2025 COM FORTE ATUAÇÃO E PROPOSTAS INOVADORAS

A deputada federal Renata Abreu (SP) iniciou 2025 com uma forte atuação legislativa, protocolando diversos projetos e requerimentos fundamentais para a sociedade. Apenas nos primeiros 11 dias de fevereiro, a parlamentar apresentou propostas que abrangem direitos sociais, acessibilidade e transparência na gestão pública.

Destaque para o PL 340/2025, que busca regulamentar o teletrabalho como um direito obrigatório para pessoas com deficiência. O projeto pretende garantir que ninguém seja impedido de trabalhar por falta de acessibilidade no ambiente corporativo, promovendo uma verdadeira inclusão no mercado de trabalho.

Outra iniciativa importante é o PL 339/2025: bilhete aéreo mais barato para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e lactantes, incluindo seus acompanhantes. E atendimento prioritário e serviços adaptados em todas as etapas da viagem.

Em Esportes, o PL 28/2025 busca tornar os ingressos mais acessíveis, especialmente no futebol, garantindo um acesso mais democrático e preservando a cultura do esporte nacional. E a regulamentação da profissão de treinador de musculação e fisiculturismo (PL 21/2025).

No âmbito dos direitos sociais, apresentou o PL 25/2025, que estabelece regras para a custódia compartilhada de animais de estimação após o fim de casamentos. Já o PL 19/25 propõe medidas para tornar as embalagens de produtos

mais acessíveis para pessoas com transtorno do espectro autista. E o PL 96/25 institui o Programa Reintegra Brasil, voltado ao apoio e reintegração de brasileiros deportados, oferecendo assistência social e oportunidades de trabalho.

Na saúde, Renata protocolou três projetos essenciais: o PL 372/2025, que cria o Programa Nacional de Pesquisa e Prevenção do Câncer; o PL 373/2025, voltado para a conscientização e prevenção da Síndrome HELL, uma condição grave que afeta gestantes e fetos; e o PL 374/2025, que institui o Programa Nacional de Pesquisa e Prevenção do Autismo.

Além disso, ela propõe o Prêmio Mulheres que Inspiram (REQ 249/2025), homenageando quem promove mudanças positivas na sociedade. E a criação da Frente Parlamentar Mista de Dados Abertos e Governo Digital (REQ 212/2025), para mais transparência na administração pública. Com o PRC 1/2025, a deputada sugere o Prêmio Nacional de Defesa dos Direitos das Pessoas com Autismo, reafirmando seu compromisso com iniciativas relevantes para essa causa.

“Trabalhar por um Brasil mais justo, acessível e transparente não é uma escolha, é uma missão! Nosso objetivo é garantir que todos tenham voz, direitos e oportunidades iguais”, afirmou Renata Abreu.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

A Deputada Renata Abreu propõe dar destaque e reconhecimento a quem luta pela inclusão dos autistas e das pessoas com deficiência no país.

DR. VICTOR LINHALIS BUSCA RECONHECIMENTO DAS GUARDAS MUNICIPAIS COMO POLÍCIAS

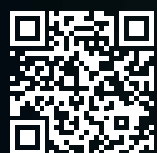
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57/2023, da qual Dr. Victor Linhalis é coautor, tem ganhado destaque ao propor o reconhecimento formal das guardas municipais como polícias municipais. Essa medida visa fortalecer a segurança pública nas cidades e, também, garantir mais autonomia e recursos para essas corporações, que desempenham um papel fundamental na proteção e no bem-estar das comunidades. A PEC se insere em um contexto de crescente demanda por segurança e uma maior valorização dos profissionais da área.

O deputado Dr. Victor Linhalis, um dos principais defensores da PEC, ressaltou em sessão na Câmara dos Deputados a importância dessa medida para a melhoria da segurança pública no Brasil. “As guardas municipais já atuam de forma essencial no combate ao crime e na manutenção da ordem, e essa mudança é um reconhecimento do seu trabalho e uma oportunidade para potencializar suas ações”, destacou Linhalis. Ele enfatizou que equiparar as guardas municipais à polícia significa proporcionar condições melhores para a atuação desses profissionais, impactando diretamente a segurança da população.

Entre os benefícios trazidos pela PEC 57/2023 estão a ampliação de recursos financeiros e capacitação para os agentes das guardas municipais, além da possibilidade de firmar convênios com outras forças de segurança. A proposta também contempla a criação de um marco regulatório que define as competências e atribuições das guardas, garantindo que sua atuação seja mais eficaz e integrada ao sistema de segurança pública. “O reconhecimento formal como polícia municipal dará aos profissionais mais legitimidade e respaldo para desempenharem suas funções”, conclui.

A proposta já conta com apoio de diversos setores, incluindo representantes das guardas municipais e especialistas em segurança pública, que percebem a necessidade de uma legislação que valorize e estruture essas instituições. Com a previsão de que a PEC 57/2023 avance nas comissões do Congresso, a expectativa é que o tema da segurança municipal se torne uma prioridade na agenda legislativa. O envolvimento ativo do deputado Victor Linhalis nesse processo demonstra que há um compromisso com a segurança dos cidadãos e a valorização dos profissionais que atuam diariamente nas cidades brasileiras.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A Câmara aprovou a iniciativa do deputado Dr. Victor Linhalis para criar um sistema de identificação de pessoas com deficiência e seus cuidadores.

“O reconhecimento formal como polícia municipal dará aos profissionais mais legitimidade e respaldo para desempenharem suas funções”



“Nosso compromisso é com a segurança e a justiça, garantindo que os direitos dos cidadãos sejam preservados e que a ordem seja mantida em nosso país”

DEPUTADO GILSON DANIEL PROPÕE CONDUÇÃO IMEDIATA A PRISÃO DE QUEM DESCUMPRIR “SAIDINHA TEMPORÁRIA”

O deputado federal Gilson Daniel, do Espírito Santo, é autor de uma proposta para permitir a condução imediata dos sentenciados ao estabelecimento prisional em casos de descumprimento das condições da saída temporária. A iniciativa tem como objetivo aprimorar a segurança pública e combater a sensação de impunidade que muitos brasileiros vivenciam. A ideia está prevista no Projeto de Lei 172/2025 que altera a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).

A proposta autoriza que as polícias Civil e Militar reconduzam imediatamente o sentenciado que violar as condições impostas para a saída temporária, sem aguardar uma decisão judicial prévia. Após a recondução, o procedimento deverá ser comunicado ao Juiz da Execução Penal, garantindo que uma audiência de custódia seja realizada no prazo máximo de 24 horas. Essa medida, que se inspira na bem-sucedida Portaria nº 2/2019 do Tribunal de Justiça de São Paulo, que enquanto estava em vigor, reduziu a reincidência criminal. Recentemente, a portaria foi anulada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O deputado Gilson Daniel destacou a importância da proposta. “Esta proposta é um passo crucial para recuperar a confiança dos brasileiros em nossas instituições.

Ao permitir que as forças de segurança atuem de maneira imediata e eficaz, enviamos uma mensagem clara de que a impunidade não será tolerada. Nosso compromisso é com a segurança e a justiça, garantindo que os direitos dos cidadãos sejam preservados e que a ordem seja mantida em nosso país”, frisou o parlamentar capixaba.

Dados recentes apontam que, entre junho de 2023 e setembro de 2024, mais de 3.000 detentos foram reconduzidos por descumprirem as condições de saída temporária em São Paulo, contribuindo para a redução de mais de 14.000 ocorrências de roubos e furtos. Esse cenário evidencia a necessidade de medidas que fortaleçam o papel do Estado no combate à reincidência criminal e na proteção da sociedade.

O projeto segue em tramitação e busca o apoio dos demais parlamentares para a aprovação de uma lei que promete modernizar e agilizar a aplicação das normas de execução penal, promovendo maior segurança e efetividade no sistema prisional.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O Rio Grande do Sul é um exemplo do impacto que tragédias podem causar, mas essa realidade se repete em todo o país. Precisamos mudar esse cenário.

PARA O DEPUTADO HAULY, O SEMIPRESIDENCIALISMO IRÁ REVOLUCIONAR A GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

Com o sim do novo presidente da Câmara Hugo Mota, com o apoio manifesto do ex-presidente e conceituado jurista Michel Temer e com a assinatura de quase 200 parlamentares, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 2/2025) do deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) e de Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), tem provocado um grande debate nacional em torno da reforma política brasileira. Com a experiência de quem já liderou e aprovou importantes leis no Congresso, Hauly tem explicado uma questão fundamental sobre essa matéria: não é necessária a realização de um plebiscito, pois a PEC não trata da mudança para o Parlamentarismo, mas sim, da modernização e do aperfeiçoamento do Presidencialismo.

Estudioso dessa matéria há muitos anos, e acompanhando com interesse a dinâmica política dos países que adotam esse sistema, o deputado Hauly esclarece que, o objetivo dessa PEC não é o de enfraquecer ou o de tirar o poder de ninguém. “O Semipresidencialismo nada mais é do que um aperfeiçoamento do presidencialismo. O presidente continuará como o líder nacional, é ele quem indicará o primeiro-ministro. A diferença é que ele não precisará se ocupar com as relações com o Congresso”.

Confira abaixo os principais pontos do Semipresidencialismo:

- Presidente da República: Mantém-se como Chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas, responsável pela unidade e defesa nacional.
- Mandato e Sucessão: Mandato de quatro anos. Sucessão

seguirá a ordem: Presidente da Câmara, Presidente do Senado e Presidente do STF. Nova eleição será realizada em até quarenta e cinco dias em caso de vacância.

- Atribuições do Presidente: Incluem nomeação de Primeiro-Ministro, Ministros de Estado, e funções importantes como declarar guerra e celebrar a paz com referendo do Congresso. O Presidente poderá dissolver a Câmara dos Deputados em caso de crise política, convocando eleições extraordinárias.

- Primeiro-Ministro: Nomeado após consulta aos partidos, deve apresentar programa de governo ao Presidente e à Câmara. Primeiro-Ministro e Conselho de Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados.

Confiança e Censura:

- Primeiro-Ministro pode solicitar voto de confiança à Câmara, que deve ser aprovado pela maioria. Moções de censura ao governo podem ser apreciadas após seis meses da posse.

Demissão do Governo:

- Ocorre em situações como início de legislatura, rejeição do programa de governo, moção de censura, não aprovação do voto de confiança, ou morte/renúncia do Primeiro-Ministro. Ministro da Justiça assume temporariamente até posse do novo governo.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

No 4º episódio de #Explicando, vamos te contar como o novo imposto vai funcionar.

“O presidente continuará como o líder nacional, é ele quem indicará o primeiro-ministro. A diferença é que ele não precisará se ocupar com as relações com o Congresso”

STF REAFIRMA PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS NA SEGURANÇA URBANA E FORTALECE PROPOSTA DA PEC 57/2023

Em uma decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, na quinta-feira (20), a constitucionalidade das leis municipais que conferem às Guardas Municipais atribuições em ações de segurança urbana, desde que respeitados os limites constitucionais e a cooperação com as Polícias Civil e Militar. A decisão, tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 608588 com repercussão geral, reforça a necessidade de um papel mais estruturado dos agentes municipais na segurança pública.

O veredicto do STF se alinha diretamente às diretrizes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57/2023, de autoria do deputado Sargento Portugal (RJ) e outros parlamentares, que propõe a transformação das Guardas Municipais em Polícias Municipais. A proposta busca inserir essas instituições no artigo 144 da Constituição Federal, conferindo-lhes respaldo legal definitivo para atuar na preservação da ordem pública e segurança das populações locais.

Com a decisão do STF, as Guardas Municipais passam a ser reconhecidas como peças fundamentais no Sistema de Segurança Pública, podendo realizar policiamento ostensivo e comunitário, bem como efetuar prisões em flagrante, respeitando as funções das demais corporações policiais. O reconhecimento do papel ativo dos municípios na segurança reforça a justificativa para a aprovação da PEC 57/2023, que prevê a mudança da nomenclatura para Polícias Municipais e amplia suas prerrogativas.

O relator do julgamento, ministro Luiz Fux, destacou que as Guardas Municipais devem atuar de maneira cooperativa com os demais órgãos de segurança, reforçando o combate à criminalidade de forma integrada.

O ministro Alexandre de Moraes, por sua vez, enfatizou que a segurança pública é responsabilidade de todos os entes federativos, e que as guardas municipais não podem ser relegadas à proteção patrimonial apenas.

A PEC 57/2023 surge em resposta à crescente demanda por maior efetividade no combate à violência urbana. Com a sua aprovação, as Guardas Municipais serão formalmente reconhecidas como Polícias Municipais, com acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e integração ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Isso permitirá maior investimento em treinamentos, estrutura e armamento, garantindo melhores condições de trabalho aos agentes e maior segurança à população.

Para o deputado Sargento Portugal, um dos principais defensores da PEC, a decisão do STF é um passo fundamental para consolidar a segurança municipal como parte integrante da estrutura nacional. “A decisão do STF legitima nossa luta para garantir que as Guardas Municipais tenham as condições necessárias para proteger a população com maior eficácia. Com a aprovação da PEC 57/2023, finalmente teremos a segurança jurídica necessária para fortalecer essas instituições”, afirmou o parlamentar.

A proposta segue em tramitação na Câmara dos Deputados e tem ganhado apoio de diversos setores da sociedade, especialmente entre os profissionais de segurança. Com a decisão do STF, a expectativa é que haja um avanço significativo nas discussões sobre a implementação das Polícias Municipais e seu papel na segurança pública brasileira.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“Com a aprovação da PEC 57/2023, finalmente teremos a segurança jurídica necessária para fortalecer essas instituições”



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A Justiça tomou uma decisão que vai ao encontro da proposta que ele lidera no Congresso: regulamentar a atuação das Guardas Municipais como polícia municipal.

GANEM DEFENDE PRIORIDADE PARA FAMÍLIAS COM TEAS NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

O deputado Bruno Ganem (SP) é o autor de projeto que visa alterar a Lei 14.620, de 13 de julho de 2023, para incluir famílias que possuem membros diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no atendimento habitacional prioritário do Programa Minha Casa, Minha Vida. A medida está prevista no Projeto de Lei 1.706/2024.

O TEA é uma condição de saúde complexa que envolve desafios significativos em comunicação, comportamento social e adaptabilidade. Indivíduos com TEA frequentemente necessitam de adaptações no ambiente domiciliar para atender às suas necessidades.

“As famílias com membros diagnosticados enfrentam desafios que vão além das questões financeiras, incluindo a necessidade de um ambiente adaptado às especificidades do transtorno”, justificou Ganem.

Ao priorizar o atendimento habitacional a essas famílias, o Estado promove a inclusão social dos indivíduos

com TEA, garantindo-lhes o direito básico à moradia adequada, fundamental para sua integração e participação plena na sociedade. Essa medida está alinhada aos princípios constitucionais de redução das desigualdades sociais e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

“A priorização habitacional pode, portanto, contribuir significativamente para a qualidade de vida desses indivíduos”, complementa o autor da proposta.

O parlamentar reforça o compromisso dele com a promoção da igualdade e inclusão social, propondo uma medida necessária e justa que reconhece as particularidades e desafios enfrentados por famílias com membros autistas.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Bruno Ganem quer mudar a Lei das Contravenções Penais para evitar que tutores sejam punidos por barulho de seus animais, caso comprovem que tomaram medidas para evitar a perturbação.

“As famílias com membros diagnosticados enfrentam desafios que vão além das questões financeiras, incluindo a necessidade de um ambiente adaptado às especificidades do transtorno”



PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO EXALTA ATUAÇÃO DE RUY EM DEFESA DA CATEGORIA

A atuação do deputado federal Ruy Carneiro (PB) em defesa dos profissionais de administração foi exaltada pelo presidente do Conselho Federal da categoria, Leonardo Macedo, durante reunião em Brasília. O representante do segmento destacou a importância do novo projeto de lei apresentado por Ruy no Congresso Nacional, o PL 529/2025.

A matéria garante a inclusão da graduação superior em Administração na lista de formações profissionais exigidas para o concorrer ao cargo de Perito Criminal Federal.

O alcance da medida foi detalhado pelo presidente do CFA ao reforçar a defesa da classe dos administradores. “É uma honra para a nossa categoria ter um profissional de administração em um cargo tão importante, representando a Paraíba e todo o Brasil. Esse projeto é de suma importância para a nossa profissão, porque é mais uma ação para inserir nossos profissionais no mercado de trabalho. Trazemos aqui o nosso agradecimento em nome dos 450 mil profissionais de administração deste Brasil”, agradeceu Leonardo Macedo.

Ao mencionar a reparação proporcionada pelo novo projeto, Ruy também lembrou que faz parte do segmento profissional. “O projeto de lei o 529/2025 busca resolver uma injustiça histórica com os administradores. A categoria da administração, da qual eu também faço parte, era proibida de participar do concurso de perito criminal da Polícia Federal, que autorizava mais de 25 outras profissões de terem essa oportunidade”, esclareceu o deputado.

Ele ainda revelou que a iniciativa surgiu por meio da proximidade do mandato com o segmento, assim como tem acontecido com outras classes de trabalhadores. “Ao ouvir essa demanda por meio do Conselho de Administração da Paraíba, tive o privilégio de desenvolver o projeto de lei junto com a minha equipe. Tenho certeza que essa injustiça vai ser reparada e nós teremos também o direito de participar desses concursos”, concluiu.

O PL 529/2025 prevê a alteração no Decreto-Lei nº 2.320/1987, que estabelece as normas para o ingresso na Carreira Policial Federal. A proposta legislativa defende o cargo de perito criminal abrange atividades como exames periciais, coleta de dados, análises técnicas e administrativas. Todas essas atribuições fazem parte das habilidades de um administrador, à exemplo da gestão, análise financeira, planejamento e organização.

Na justificativa da matéria, o deputado ainda resalta que os administradores já exercem a função de peritos judiciais em áreas como falências, fraudes, gestão financeira, contratos e processos licitatórios, demonstrando aptidão para o exercício de funções periciais no âmbito da Polícia Federal. Tribunais de justiça também reconheceram a capacidade de administradores atuarem como peritos, inclusive em áreas como contabilidade, desde que possuam os conhecimentos técnicos necessários.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“Tenho certeza que essa injustiça vai ser reparada e nós (administradores) teremos também o direito de participar desses concursos”



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Ruy Carneiro é o autor de uma iniciativa super importante: incluir a graduação em Administração na lista de formações exigidas para concorrer ao cargo de Perito Criminal Federal.

FABIO MACEDO APOIA CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE DADOS ABERTOS E GOVERNO DIGITAL

O deputado Fabio Macedo (MA) defende a criação da Frente Parlamentar Mista de Dados Abertos e Governo Digital. A iniciativa tem como objetivo impulsionar a modernização do setor público, estimular a transparência e a inovação, fortalecer a implementação de tecnologias digitais e promover a utilização de dados abertos, tanto no setor público quanto na iniciativa privada.

De acordo com o parlamentar, a adoção dessas práticas melhora a eficiência governamental, fortalece os direitos civis e estimula a democracia participativa, além de fomentar um ambiente propício para a inovação e o empreendedorismo no Brasil.

Os dados abertos são informações disponibilizadas de forma acessível e transparente, permitindo que qualquer indivíduo ou organização possa reutilizá-las e redistribuí-las.

Essa prática não apenas aumenta a participação cidadã e a transparência na gestão pública, como também

impulsiona a economia ao permitir que empresários, pesquisadores e desenvolvedores criem soluções inovadoras para o bem-estar social e a melhoria dos serviços públicos.

“Ao fornecer acesso a dados de qualidade, possibilitamos o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas, o aprimoramento de políticas públicas e a geração de novos negócios. O Brasil tem um grande potencial a ser explorado nessa área, e precisamos avançar com um arcabouço legislativo adequado”, destaca Fabio Macedo.

Com essa iniciativa, o parlamentar reafirma seu compromisso com a inovação, a transparência e a eficiência na gestão pública, promovendo um modelo de governo mais moderno, acessível e conectado às demandas da população brasileira.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Os deputados do Podemos já assinaram a proposta de criação da Frente Parlamentar Mista de Dados Abertos e Governo Digital!

“Ao fornecer acesso a dados de qualidade, possibilitamos o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas, o aprimoramento de políticas públicas e a geração de novos negócios.”

ROMERO RODRIGUES QUER PROIBIR COBRANÇA DE ENCARGO TARIFÁRIO EM GERAÇÃO A COMBUSTÍVEL FÓSSIL

O Projeto de Lei 2222/24 do deputado federal Romero Rodrigues (PB) vai permitir a isenção de parte da conta de energia para consumidores por falta de investimentos na rede elétrica. A Câmara dos Deputados está analisando a proposta que proíbe as distribuidoras de energia de cobrarem a tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd) quando a fonte do fornecimento ao consumidor for gerador a combustível fóssil.

De acordo com Romero Rodrigues a proposta é uma compensação aos consumidores pela falta de investimentos na rede elétrica, de responsabilidade das empresas de distribuição. Ele explica que as concessionárias de distribuição instalam geradores de energia móveis ou semimóveis em bairros da área atendida para amenizar a sobrecarga elétrica e evitar apagões. Esses equipamentos só são necessários porque as empresas não fazem melhorias na infraestrutura local.

“Mesmo pagando contas de energia elevadas, os consumidores de energia elétrica, por falta de planejamento e por desídia da concessionária, agora precisam conviver

24 horas com um gerador, quase sempre movido a diesel, na porta de suas casas”, justifica.

O deputado pontua ainda que o uso dos geradores pode causar prejuízos à saúde do consumidor.

“Esses equipamentos, além de poluentes, geram altos ruídos e requerem medidas de segurança para prevenir incêndios, vazamentos e contaminação. Ou seja, além do fornecimento precário de energia, as pessoas ainda têm prejuízos à saúde”, afirma.

Tarifa - A Tusd é um dos encargos embutidos na conta de luz dos brasileiros e remunera as empresas de distribuição pelos serviços prestados. Pelo projeto, o alívio tarifário deverá ser mantido pelo prazo de seis meses após a interrupção da geração por fonte fóssil. O projeto será analisado em caráter conclusivo nas comissões de Minas e Energia, de Defesa do Consumidor, e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Se a economia vai bem, o Brasil vai bem.

Concorda com o deputado Romero Rodrigues?

“A proposta é uma compensação aos consumidores pela falta de investimentos na rede elétrica, de responsabilidade das empresas de distribuição”

PL QUE AMPARA PESCADORES EM PERÍODO CRÍTICO GANHA FORÇA NO CONGRESSO

Um projeto que propõe a concessão de seguro-desemprego para os pescadores profissionais que exercem a atividade pesqueira de forma artesanal durante o período de defeso ganha destaque no cenário legislativo. O Projeto de Lei 6.002/2023, que visa amparar os trabalhadores da pesca artesanal em um período crítico de suas atividades, tem como relator o deputado federal Raimundo Costa (BA).

O PL busca garantir que os pescadores profissionais artesanais, quando afastados da pesca devido ao defeso – período em que a pesca é proibida para preservar espécies – possam contar com um benefício de seguro-desemprego. A proposta surge como uma solução para uma das maiores dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores: a escassez de recursos durante os meses em que a atividade pesqueira é suspensa por razões ambientais.

A concessão do seguro-desemprego para esses profissionais visaria proporcionar uma rede de segurança financeira nesse intervalo. O deputado Raimundo Costa, que é conhecido por sua atuação em defesa dos direitos dos pescadores, marisqueiras e da classe produtiva, tem se dedicado ao estudo e análise dessa importante proposta. Como relator, ele tem conduzido as discussões sobre a

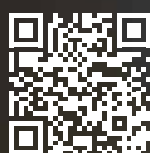
viabilidade e a adequação do projeto às necessidades dos pescadores. “Essa é uma medida essencial para garantir que os pescadores artesanais não fiquem desamparados em um período tão crucial para a preservação do meio ambiente”, destacou o deputado Raimundo Costa, sobre a relevância do projeto.

A proposta também busca garantir que o pagamento do seguro-desemprego ocorra de forma adequada, com base em critérios claros, e tenha um impacto positivo na qualidade de vida dos pescadores.

O texto ainda passará por outras etapas legislativas, incluindo a análise de comissões e a votação no plenário da Câmara dos Deputados. A expectativa é de que, com a aprovação do projeto, o benefício possa ser efetivamente implantado em um curto espaço de tempo, trazendo mais segurança e dignidade aos pescadores artesanais que dependem da atividade pesqueira para o seu sustento.

Com a condução do deputado Raimundo Costa, o projeto de lei 6.002/2023 está ganhando força e apoio entre os representantes da classe pesqueira, com o objetivo de amparar trabalhadores da categoria.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Está avançando no Congresso uma proposta para garantir seguro-desemprego durante o defeso, quando a pesca é proibida para proteger as espécies.

“Essa é uma medida essencial para garantir que os pescadores artesanais não fiquem desamparados em um período tão crucial para a preservação do meio ambiente”

GLAUSTIN PROJETA 2025 COM METAS PARA FORTALECER O PODEMOS E AMPLIAR SUA BASE EM GOIÁS

O início de um novo ano é sempre uma oportunidade para traçar novos projetos e metas ousadas. Para o deputado federal Glaustin da Fokus, 2025 será um ano de trabalho intenso, dedicação e crescimento. À frente da presidência do Podemos em Goiás, ele encara esse desafio como um divisor de águas.

“2025 será um ano de muito trabalho e grandes oportunidades. Encaro essa missão como uma chance única de crescimento e de fortalecer nosso partido em Goiás. Meu compromisso é claro: transformar o Podemos no maior partido do Estado, unindo forças, muito trabalho e diálogo”, destacou.

Empresário e líder político com forte atuação em Goiás, Glaustin iniciou sua trajetória ao ser eleito deputado federal pelo PSC em 2018, conquistando a confiança dos goianos e sendo reeleito em 2022. Em 2023, foi peça-chave na incorporação do PSC ao Podemos, fortalecendo a sigla e ampliando sua base no Estado.

Nas eleições municipais de 2024, Glaustin liderou um trabalho estratégico que resultou na eleição de 14 prefeitos, 11 vice-prefeitos e 121 vereadores pelo Podemos, além de outros 26 prefeitos alinhados ao seu grupo político.

Metas para 2025

Para 2025, a meta é clara: eleger 20 prefeitos do Podemos em Goiás, fortalecendo a presença da sigla. Com 15 prefeitos já no comando, o foco será atrair mais cinco novas lideranças e consolidar o Podemos como referência política no Estado.

“Queremos expandir nossa representatividade e reforçar os valores do partido em cada canto do Estado.

2025 será o ano em que Goiás verá a força do Podemos crescer como nunca antes”, afirmou Glaustin.

O deputado também pretende ampliar a base aliada e a presença do partido no território goiano, aproximando-se de novos prefeitos, vereadores e lideranças regionais para fortalecer alianças estratégicas. “Nosso objetivo é construir pontes, unir forças e ampliar nossa presença em cada cidade, ouvindo a população e levando soluções concretas”, destacou.

Outra frente será a agenda legislativa, com novos projetos de lei e ações parlamentares focadas no desenvolvimento regional, geração de emprego e renda e defesa das pessoas com deficiência e autismo. “Nosso compromisso é ampliar nossa atuação, apresentando propostas que fortaleçam a economia do Estado, criem oportunidades e garantam mais qualidade de vida para as famílias goianas”, afirmou.

Glaustin também já tem o olhar voltado para 2026. Seu objetivo, ainda em 2025, é definir cinco nomes fortes e comprometidos com Goiás para disputar cadeiras na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa (Alego). A meta é eleger dois deputados federais e três estaduais, consolidando o Podemos como uma força estadual e nacional.

“Nossa missão é preparar lideranças que representem os interesses dos goianos com competência e comprometimento. Estamos focados em construir um futuro sólido para o partido e para Goiás”, finalizou Glaustin.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“2025 será o ano em que Goiás verá a força do Podemos crescer como nunca antes, expandindo nossa representatividade e fortalecendo alianças em todo o Estado”.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Obrigado, deputado Glaustin da Fokus, por levar o #JeitoPodemos de fazer política cada vez mais longe!



“A luta contra o câncer precisa de políticas públicas fortes e compromisso com a vida. Vamos juntos nessa batalha”

ARTIGO - NELY AQUINO | Deputada federal (Podemos-MG)

DIAGNÓSTICO PRECOCE SALVA VIDAS

Fevereiro é marcado como o mês da conscientização sobre o câncer, com o Dia Mundial do Câncer sendo celebrado no dia 4. Esta data tem o objetivo de alertar sobre a importância da prevenção, do diagnóstico precoce e do acesso a tratamentos eficazes.

Minha própria trajetória com o câncer de mama reforça essa realidade. Enfrentei a doença em ambas as mamas, uma delas com um tumor benigno e a outra com um tumor maligno. Essa experiência pessoal me fez compreender profundamente o impacto do diagnóstico precoce e da adoção de um tratamento adequado, fatores que podem salvar vidas.

O progresso da medicina tem sido significativo, com tratamentos inovadores, como a imunoterapia e os testes genéticos de tumor, que auxiliam na personalização do tratamento de cada paciente. No entanto, o acesso a essas tecnologias ainda é um obstáculo no Brasil.

Recentemente, a ANS sugeriu mudanças na recomendação de rastreamento do câncer de mama, com

mamografias bienais a mulheres de 50 a 69 anos. Mas os números preocupam: 40% dos diagnósticos ocorrem antes dos 50 anos e 22% das mortes também. Por isso, defendo que o rastreamento continue a partir dos 40 anos, garantindo mais chances de cura para milhares de mulheres.

No Congresso, tenho atuado para ampliar o acesso a exames e tratamentos de ponta. Apresentei o Projeto de Lei 5986/2023, que altera a Lei 11.664/2008 para incluir exames genéticos tumorais no SUS, como o Oncotype, permitindo que cada paciente tenha um tratamento mais preciso e eficaz.

A luta contra o câncer precisa de políticas públicas fortes e compromisso com a vida. Vamos juntos nessa batalha.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Nossa deputada Nely Aquino defende a inclusão dos exames genéticos tumorais no SUS, essenciais para diagnóstico precoce e tratamento mais eficaz do câncer.

JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br     @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br     @podemos20

 **podemos**
CÂMARA